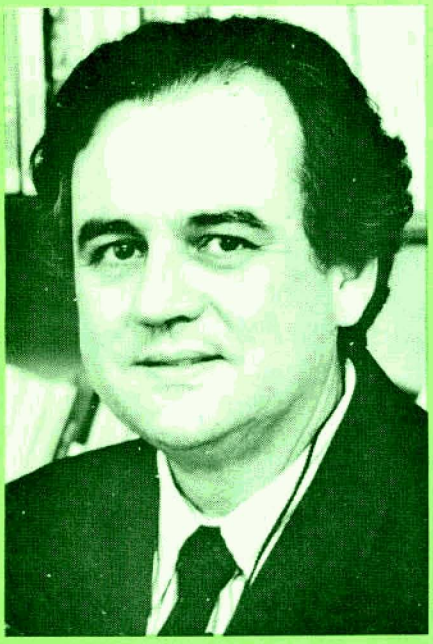
Alternativas de financiamento



Antonio Salazar Brandão

Permitir a entrada de produtos agrícolas subsidiados na origem, sem a devida taxação compensatória, equivale a aplicar um imposto adicional sobre a produção agrícola brasileira.

Essa afirmação, se tivesse saído da boca de alguma liderança rural, não traria maior novidade. Mas quem a fez foi um conceituado professor de economia, o professor Antonio Salazar Brandão, que assumiu recentemente a direção geral do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas.

Dono de uma sólida formação teórica, o prof. Salazar é um especialista em economia agrícola. Em 1978, doutorou-se na Purdue University. Desde sua volta ao Brasil, vem lecionando economia agrícola e macroeconomia na Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getulio Vargas.

O prof. Salazar é contra qualquer proteção duradoura e generalizada à agricultura. "Agricultura é um negócio como outro qualquer", costuma dizer.

Bastante preocupado com os desdobramentos do Plano Real, o prof. Salazar concedeu essa entrevista a Agroanalysis, *onde discute, entre outros temas, as fontes alternativas do financiamento à agricultura.*

■ *As tentativas de estabilização da economia, em especial o Plano Real, levaram as taxas de juros a patamares elevados. Isto é um dos requisitos da estabilização? Quais os mecanismos alternativos da política econômica?*

— A experiência internacional mostra que, no início do processo de estabilização, as taxas de juros reais normalmente sobem. E por que elas sobem? Porque sempre existe desconfiança no início do plano de estabilização. O primeiro momento é de grande ansiedade, de grande incerteza com relação aos resultados do plano. A autoridade monetária tem que elevar a taxa de juros, no início do plano, para evitar que se especule contra ele. E, claro, isto tem um impacto não só sobre a agricultura, mas também sobre todos os setores da economia, pois encarece o custo de capital, elevando o custo de fazer negócios. Mas este é o preço que temos que pagar para atingir a estabilização lá na frente.

O problema no Brasil, não só para a agricultura, mas para todo o setor produtivo, é que esse custo — a taxa real elevada — perdura há muitos anos. Os vários planos de estabilização econômica não foram acompanhados pelas necessárias reformas estruturais: reforma fiscal, reforma da Previdência, Banco Central independente, uma série de medidas dessa natureza, que nós, até o momento, não conseguimos realizar. Eu diria que houve algum progresso no Brasil em termos fiscais, se compararmos o que acontece agora com o que acontecia no começo dos anos 80. Ainda assim, se olhamos para frente, não existe um sinal de que o problema fiscal brasileiro esteja resolvido. A começar pelo fato de o maior problema, a Previdência Social, estar fora do orçamento fiscal.

■ *A agricultura sempre julgou que seria favorecida pela estabilização em razão da suposta queda da taxa de juros. Como explicar esse equívoco, já que estabilização tem sido sinônimo de juros altos?*

— Outra vez, gostaria de ressaltar que o setor agrícola não é o único prejudicado neste aspecto. Todo o setor produtivo sofre com os juros altos.

Em alguns planos, especialmente no Plano Real, a agricultura teve uma penalização adicional. Sendo o setor mais aberto da economia brasileira, sofreu com a valorização do câmbio que afetou negativamente os preços recebidos pelos produtores. De um lado, o custo de fazer negócios aumentou muito, por causa da taxa de juros; e de outro lado, a receita do setor ficou comprometida em razão do câmbio valorizado.

Em outras oportunidades isso aconteceu de maneira diferente. Houve, por exemplo, no Plano Collor, o descasamento entre a correção monetária da dívida da agricultura e dos preços que os agricultores estavam recebendo. No caso do Plano Real não houve uma quebra explícita de contrato, mas a sobrevalorização do câmbio reduziu a receita média do exportador e tornou o produto importado artificialmente mais barato.

Posteriormente, a TR acabou corrigindo os débitos da agricultura muito acima da evolução dos preços. Aliás, a TR é um indexador no mínimo estranho. Uma taxa de juros

artificial que funciona como indexador.

■ *Qual a tendência da reestruturação do sistema financeiro, que hoje é regulamentado e fortemente segmentado?*

— Se quisermos ter um sistema financeiro mais eficiente, que efetivamente consiga fazer o papel de carrear recursos dos poupadores para os empresários — produtores rurais, exportadores, industriais — ao custo mais baixo possível, é fundamental quebrar essa segmentação do sistema financeiro. A agricultura, durante muito tempo, foi favorecida, entre aspas, por essa segmentação, quando as taxas eram subsidiadas, numa política de governo equivocada, pelas distorções que causou.

O fato é que a sociedade paga um preço muito alto por essa segmentação: um mercado financeiro eficiente, onde os recursos fluem de um setor para o outro, é incompatível com a segmentação do mercado de crédito. A segmentação só faz aumentar o custo de captação e o custo dos recursos para os vários setores. E hoje a agricultura está sendo prejudicada exatamente por essa segmentação, porque a TR é praticamente a base da captação de recursos e, portanto, do crédito agrícola. Flexibilizando a segmentação do crédito e eliminando a indexação — sobretudo a esdrúxula TR — cairão o custo da captação e a taxa de juros cobrada aos tomadores. Com o fim da segmentação ou com a sua drástica redução, a taxa de juros tende a universalizar-se, no sentido de reduzir as diferenças entre as taxas para os diversos tomadores.

■ *Como compatibilizar essa tendência, em especial a da universalização da taxa de juros, com as necessidades de financiamento da agricultura, um setor competitivo e de alto risco?*

— Se eu fosse banqueiro e tivesse dois clientes me pedindo um empréstimo, um industrial e outro produtor agrícola, ambos igualmente honestos, competentes e com garantias iguais, eu emprestaria primeiro para o industrial. Por quê? Porque o risco da agricultura é muito maior do que o risco da indústria. Portanto, a política agrícola deve criar condições para que a agricultura reduza seu risco, para que o produtor venha a ter maior acesso ao crédito, de forma competitiva com os demais segmentos econômicos. Ou seja, sem crédito cativo.

Por exemplo, emprestar dinheiro para produtores de feijão, há 20 anos, era uma operação de altíssimo risco. Há 15, 20 anos, a produtividade do feijão tinha uma variabilidade incrível e, em conseqüência, os preços do feijão também variavam absurdamente. Há alguns anos, eu fiz um estudo sobre a flutuação dos preços dos produtos agrícolas e me assustei com os resultados do feijão. Uma vez efetuado o plantio, o produtor de feijão poderia quebrar ou enriquecer, quando da colheita.

Hoje, a situação é bem diferente. Variedades mais resistentes foram obtidas, muitos produtores irrigaram suas áreas, várias safras são colhidas durante o ano. E a variabilidade da produção e dos preços, hoje, é muito menor. Ou seja, a tecnologia reduziu significativamente o risco extremo do feijão.

Os vários planos de estabilização econômica não foram acompanhados pelas necessárias reformas estruturais: reforma fiscal, reforma da Previdência, Banco Central independente...

Mas como reduzir o risco normal de mercado? O mecanismo por excelência é o mercado futuro. Temos que procurar desenvolver este mercado no Brasil, para que os agricultores possam usar este instrumento de forma mais corriqueira. Como, porém, operar essa transição? O que fazer, até termos um mercado futuro líquido e estruturado? Uma primeira medida seria permitir que os produtores pudessem operar nos mercados futuros mais tradicionais, no exterior. Mas isso não é a solução. Precisamos de um mercado futuro aqui. Acho que o governo deve e pode facilitar essa transição. Como ele pode fazer isso? Primeiro pela criação de infra-estrutura de comercialização agrícola, de negociação agrícola, tanto de mercado físico quanto de mercado futuro. Hoje, os custos de comercialização são muito altos, em parte porque a infra-estrutura é ruim: a infra-estrutura de telecomunicações é ruim; a de transporte, nem se fala; a de difusão da informação, então... E os impostos? O ICMS, da forma que está estruturado, inviabiliza o mercado futuro. Portanto, o governo tem muito a fazer para facilitar a difusão do mercado futuro como instrumento de transferência de risco de preço da agricultura.

■ *E o risco de quantidade, ou seja, o da quebra da produção?*

— O instrumento clássico é o seguro agrícola. No papel, o seguro agrícola é uma idéia ótima. Só que não funciona. Ou melhor, funciona, mas é caríssimo. O setor privado não se interessa pelo seguro agrícola, por problemas que os economistas chamam de "azar moral". Quer dizer, o próprio agricultor contratante do seguro pode controlar a probabilidade do evento, a quebra de safra.

Muitas pessoas vêem o seguro como a panacéia que poderá resolver o problema de risco de quantidade. A experiência internacional, entretanto, tem indicado que o seguro não é a forma ideal. Você pode ter um seguro especial contra acidentalidades, como fenômenos climáticos generalizados; mas não um seguro agrícola tradicional. Acho que o risco climático da agricultura tem que ser tratado com tecnologia, irrigação, desenvolvimento de variedades mais resistentes, coisas desse tipo. Os custos do seguro agrícola tradicional são muito altos. O México, por exemplo, teve que acabar com o seu sistema governamental de seguros, porque é um negócio inviável. No Japão, o sistema de seguro funciona muito bem, só que custa US$500 por hectare! Você manda o fiscal, depois manda o fiscal do fiscal, e assim vai. É extremamente caro.

■ *Por que o mercado futuro de produtos agrícolas não deslanchou no Brasil?*

— Por uma série de razões. A começar pelo comportamento do próprio governo. Como eu disse, a sistemática de recolhimento de ICMS inibe o desenvolvimento do mercado futu-

ro. Além disso, o Brasil tem uma tradição fortemente intervencionista, característica dos governos fortes dos anos 80. Isso está mudando. Acho também, e isso ficou claro em conversas na BM&F, que a ponta dos compradores tem sido muito resistente. Não tenho uma explicação pronta, mas me parece que a ação do governo, hoje e no passado, atrapalhou muito o desenvolvimento desse mercado.

Por exemplo, a política de crédito subsidiado, que vigorou até meados dos anos 80, acabava funcionando como um amortecedor de risco, substituindo, ainda que parcialmente, a função tradicional do mercado futuro. O governo precisa ajudar o desenvolvimento desse mercado.

■ *Esse auxílio do governo passaria, por exemplo, por uma aplicação compulsória dos fundos de commodities no mercado futuro?*

— Não gosto dessa idéia. Isso segmenta o mercado financeiro. Se há uma aplicação compulsória, imediatamente acontece a segmentação e, com isto, criam-se alguns custos adicionais para a eficiência da intermediação financeira. O governo tem que apoiar o mercado futuro no sentido de dar regras estáveis, dar infra-estrutura. Não acho que o governo deva subsidiar o setor agrícola de uma maneira contínua, mas não vejo nada de errado quando o governo, por exemplo, abre uma rodovia ou quando fornece infra-estrutura de telecomunicações a determinadas regiões do país para melhorar o funcionamento do mercado. Ele pode até "doar" e se ressarcir no futuro dessa doação. Pode reaver os seus custos, por meio de taxas, contribuição de melhoria etc. Isto me parece bastante factível. Acho que as aplicações compulsórias de longa duração são ruins para o mercado financeiro como um todo e para a própria economia.

■ *Quais os mecanismos de que o governo dispõe para apoiar a agricultura, nesse momento que se caracteriza por juros altos e preços agrícolas baixos?*

— A ajuda direta à agricultura deveria vir de uma política macroeconômica estável, da realização das reformas que têm que ser feitas, como a reforma fiscal e a da Previdência, e, muito especialmente, de uma política cambial estável. Creio que só conseguiremos uma política cambial estável quando conseguirmos acertar os outros instrumentos, mormente a política fiscal. Não vejo por que executar uma política direta de favorecimento, de proteção à agricultura.

É claro que há um problema bastante complicado, do passado recente, que precisa ser resolvido. Falo da dívida da agricultura. Mas o importante é que essa discussão tem que ser completamente separada do que será a política agrícola para o futuro. Esse problema da dívida tem causas diversas, mas que não podem condicionar o desenho de uma nova política agrícola.

No caso do Plano Real não houve uma quebra explícita de contrato, mas a sobrevalorização do câmbio reduziu a receita média do exportador e tornou o produto importado artificialmente mais barato.

■ *O endividamento da agricultura pode decorrer, em grande parte, da aplicação de índices diferentes na correção dos débitos da agricultura e de seus preços, e, também, da própria evolução dos preços agrícolas. Não seria conveniente que as autoridades procurassem estudar que parcela da dívida decorreria de cada um desses fatores?*

— É claro! Acho que esse problema da dívida da agricultura se formou não porque os agricultores sejam incompetentes ou maus pagadores. Nada disso. Existem causas múltiplas. Uma delas foi o descolamento que houve entre preços agrícolas e correção monetária. Algumas vezes, esse descolamento é um fenômeno de mercado e, neste caso, o governo não tem nada que fazer. É parte do risco do negócio, parte do risco de viver numa economia indexada e inflacionada, como é a brasileira. Outras vezes, claramente, a culpa foi do governo. No Plano Collor, vários contratos foram quebrados. Em relação à agricultura, foram adotados compulsoriamente índices diferentes para a correção dos débitos dos produtores e a dos preços, fazendo com que o equilíbrio entre o ativo e o passivo do setor agrícola fosse desfeito. É fundamental que, hoje, alguém se debruce sobre esse problema para tentar separar o que é erro do governo do que é resultado do mercado. É claro que existem, também, maus agricultores, agricultores desonestos. Deve-se equacionar o problema separando essa dívida: parte dela se deve a isso e parte se deve àquilo. Isto seria importante para os agricultores e para as instituições financeiras afetadas pelo problema.

■ *Como se administra o risco agrícola? Qual é a experiência internacional?*

— Como eu já disse, o risco agrícola é bem maior que o de outras atividades. O próprio risco de preço para a agricultura é um pouco maior do que para alguns outros setores da economia, porque o processo de produção na agricultura é muito rígido. Alguns outros setores podem administrar melhor o seu risco, reduzindo ou ampliando o período de produção. A agricultura, infelizmente, é um processo biológico, que não pode ser mudado. Ou que pode ser alterado apenas de uma maneira muito lenta, pelo investimento em tecnologia.

Como se pode administrar isso? Como eu também já disse e repito, acho que o instrumento mais adequado para cuidar do risco de preço é o mercado futuro. Esta é, indubitavelmente, a maneira mais barata de reduzir riscos. Os agricultores, quando não existe mercado futuro, encontram outros caminhos. Podemos citar vários exemplos: o consorciamento de culturas é uma maneira de você diversificar, de você evitar o risco. Qual é a desvantagem do consorciamento de culturas? É muito caro; impõe um sacrifício grande de produtividade para fazer face ao risco de preço.

Alguns países do mundo têm programas de estabilização de preços. Um desses programas, que o Brasil tentou implementar por algum tempo, eram as regras de co-

mercialização — as bandas de preços em que se fixava o limite inferior e superior para a variação de preço. Era um instrumento interessante. Hoje está muito difundido. Todos estes instrumentos, porém, precisam ser administrados e considerados dentro da sua potencialidade. O Chile, por exemplo, foi um país muito bem-sucedido na administração de risco mediante bandas de preços. Mas o programa chileno limitou-se a dois ou três produtos, e essa foi uma das razões do sucesso do programa. Não vejo de que forma um país como o Brasil, que tem uma agricultura tão diversificada, poderia fazer bandas de preço para todos os produtos, sequer para um número expressivo de produtos. Certamente conseguiria para uns, não conseguiria para outros.

Um estudo que fiz, há algum tempo, conclui que uma banda de preço para o feijão poderia de fato reduzir muito o risco de preço. Mas o custo para administrar a banda, o tamanho do estoque necessário, tornava impraticável o sistema.

Existem vários instrumentos que podem ser usados durante a transição entre a economia regulamentada, altamente controlada de algum tempo atrás, e a economia de mercado que desejamos. O governo terá que acionar alguns desses instrumentos durante o processo de transição.

Infelizmente, a experiência mundial mostra que os governos acabam usando esses instrumentos de administração de riscos para outros objetivos, como para proteger ou taxar a agricultura. Quando o governo aplica uma banda de preço e começa, de repente, a aumentar ou diminuir muito os preços, em vez de estar reduzindo o risco, passa a aumentar o risco. É o que o nosso colega Mauro Lopes chamou de "risco institucional".

Há alguns anos, quando o governo detinha o monopólio da comercialização de trigo, alguns colegas e eu fizemos um estudo que comparava a variabilidade de preço que acontecia com intervenção e aquela que ocorreria sem intervenção. Resultado: o coeficiente de variação era maior com o monopólio estatal da comercialização do que seria se a intervenção fosse suspensa. Constatamos o que todos sabemos. O governo, em alguns casos, efetivamente, cria ineficiências.

■ *Muitas vezes, a intervenção do governo acaba impedindo certos ajustamentos. Se a intervenção é menor, o mercado acaba encontrando seu próprio caminho. Por exemplo, o feijão, hoje, tem uma variação de preços bem menor do que no passado, porque agora você tem a irrigação, as várias safras anuais. E foi justamente a grande variação de preços do passado que possibilitou o desenvolvimento da tecnologia que atenuou a variação.*

— Muitas vezes os agricultores encontram seu próprio caminho. Não sei se eles sempre encontram o caminho mais barato.

■ *Mas nada garante que a intervenção do governo faça isto ser mais barato, não é?*

— Claro que não, pelo contrário.

A TR acabou corrigindo os débitos da agricultura muito acima da evolução dos preços. Aliás, a TR é um indexador no mínimo estranho. Uma taxa de juros artificial que funciona como indexador.

■ *Os instrumentos tradicionais da política agrícola estão exauridos em alguns casos e, em outros, são incompatíveis com a abertura econômica. Existem instrumentos alternativos para a condução da política agrícola?*

— Penso que a agricultura não merece um tratamento diferenciado em relação aos demais setores, ou não carece dele. É necessário, isto sim, garantir que as regras do jogo serão respeitadas. Com a internacionalização das economias, é fundamental garantir regras estáveis e iguais para todos — o que, é claro, não acontece se os países ricos subsidiam suas exportações agrícolas, impondo, implicitamente, uma taxação às agriculturas dos países importadores.

Isso é uma condição essencial para o desenvolvimento de nossa agricultura. É necessário que haja a integração efetiva ao mercado internacional e, ao mesmo tempo, as autoridades e os empresários — exportadores, importadores e os próprios agricultores — precisam aprender a tomar posições, de forma a impedir que produtos subsidiados venham competir deslealmente com a produção doméstica. É preciso usar os mecanismos disponíveis nos organismos internacionais para impedir que isso aconteça. O Brasil, de uma maneira geral, não está bem-preparado para empreender esse tipo de ação. A principal preocupação do setor agroindustrial sempre foi com a política interna, com os preços mínimos, com as variáveis domésticas. E, claramente, essas variáveis serão cada vez menos importantes, e cada vez mais importantes serão os procedimentos no Gatt.

Como enfrentar um painel do Gatt, como fazer isso de uma maneira tecnicamente correta, não só do ponto de vista econômico, mas também do ponto de vista de procedimentos, prazos, coisas desse tipo? Parece pouco mas não é. O Brasil acaba de perder um painel, o do leite, em que tinha inteira razão, por questões de procedimento, se não me engano, de prazo. Acho que esse é o grande desafio de hoje. O governo pode e deve ajudar, mas o próprio setor privado também precisa fazer sua parte. Precisa se informar, adquirir a competência. E existe competência técnica no Brasil sobre esse assunto. É preciso mobilizar essa competência para nos defendermos dessas práticas desleais do comércio.

■ *O que você acha da proposta de extinção dos preços mínimos para produtos comercializados no mercado externo? Quais poderiam ser os mecanismos alternativos de estabilização?*

— Não faz sentido a política de preços mínimos proteger produtos que são negociados internacionalmente. Sobretudo agora, com o Mercosul, se erramos um pouquinho no preço mínimo, acabamos comprando a safra brasileira, a safra argentina, a paraguaia, a uruguaia e a de quem mais entrar no Mercosul. O preço mínimo é um instrumento muito ruim para estabilizar renda de pro-

dutos comercializados externamente.

Isso significa que não se pode fazer nada com relação ao risco de preços? Não é verdade. Embora com constrangimentos legais, que devem ser eliminados, nossos exportadores já desenvolveram mecanismos de *hedge*, empregando as bolsas internacionais. É evidente que devemos suspender os constrangimentos legais, de forma a aumentar o número de agentes com acesso a tais mecanismos de proteção. E devemos trabalhar para termos disponíveis aqui no Brasil esses mesmos instrumentos de *hedge*. Ainda assim, não vejo um problema de risco particularmente delicado em relação a esses produtos.

Em vez de fazer uma banda de preços, que exige intervenção governamental, é possível imaginar um seguro privado. No fundo, seria como uma bolsa, como um mercado futuro, ainda que o mercado não o tivesse desenvolvido. O segurador garantiria o preço mínimo no mercado internacional, cobrando o prêmio com base em estudo atuarial dos riscos daquele preço. Essa idéia não envolve formação de estoque, mantém o governo longe dos negócios e a participação, evidentemente, seria voluntária: quem quer entra, quem não quer não entra. No fundo, isso é um arremedo de mercado futuro, um instrumento de transição, que pode dar até um lucro razoável.

■ *Os fundos de pensão podem vir a ser uma fonte alternativa de financiamento para a agricultura?*

— Os fundos privados de pensão se desenvolverão em decorrência da reforma da Previdência Social. É uma questão de tempo. Eles amadurecerão e ocuparão papel importante no financiamento de longo prazo da economia brasileira, um dos principais problemas do setor produtivo. Outro ponto a notar é que as carteiras de investimento dos fundos de pensão são compostas sobretudo por títulos de baixo risco. Por isso, não imagino que os fundos venham a acumular expressivamente títulos agrícolas em suas carteiras.

Ainda assim, os fundos de pensão podem contribuir, de forma indireta, para melhorar a liquidez da agricultura. Fala-se em um patrimônio da ordem de US$200 bilhões. É muito dinheiro e provocará um significativo aumento da oferta de crédito. Em conseqüência, a taxa de juros de longo prazo tenderá a se reduzir, reduzindo também a concorrência com os demais setores que a agricultura tem que enfrentar, quando disputa recursos de financiamento. Nesse sentido indireto, acredito que os fundos de pensão venham a contribuir para equacionar a questão do financiamento agrícola.

■ *Houve uma inegável contribuição social da agricultura para o sucesso do Plano Real, em decorrência da supersafra e dos preços agrícolas baixos. Alguns defendem a tese de que isso justificaria a realização de um estudo que buscasse valorar essa contribuição social da agricultura,* vis-à-vis *o problema do endividamento. O que isso lhe parece?*

— Fico arrepiado toda a vez que escuto esta história. Voltaríamos aos anos 50, 60, quando a agricultura não era tratada como um negócio e sim como uma atividade digamos "social". Esperava-se que a agricultura produzisse alimentos baratos, gerasse divisas e excedentes, tudo para financiar o processo de industrialização e urbanização. E, com isso, com esse tipo de concepção, a agricultura foi fortemente taxada, ao longo de décadas.

A contribuição social da agricultura foi significativa por muitos anos, não só no Plano Real. Basta observarmos que seu crescimento na década de 80 ficou muito mais próximo da taxa histórica do que o dos demais setores da economia. Foi uma contribuição importantíssima que facilitou enormemente a nossa passagem pela década perdida. Como isso foi possível? De onde veio tanto fôlego? Em boa medida do aumento da produtividade decorrente dos pesados investimentos em tecnologia realizados nos anos 70. A Embrapa ajudou muito a viabilizar o salto tecnológico, cujos frutos foram colhidos ao longo da década de 80.

Não podemos descuidar dos investimentos de longo prazo na agricultura. E isso não se faz com subsídio, proteção ou com valoração da contribuição social. Tecnologia é fundamental. Educação e treinamento de mão-de-obra na agricultura são investimentos complementares. São investimentos desta natureza que vão propiciar a manutenção do crescimento de produtividade.

A função social da agricultura é maior que a dos demais setores? Possivelmente. Quando a produtividade do arroz aumenta em 20-30%, o impacto social é muito maior do que quando a produtividade da indústria automobilística aumenta 20-30%, pois as pessoas de renda baixa têm uma parcela elevada da sua renda comprometida com o consumo de arroz. Mas nem isso justifica tratamento especial para a agricultura.

■ *Voltando ao Plano Real, o que falta para consolidar a estabilização, para voltarmos a crescer de forma sustentada?*

— Executar as reformas estruturais. Mas a implantação das reformas está quase parada. A questão fiscal não está resolvida. A questão cambial também não. O aumento recente das tarifas de importação é uma medida de curto fôlego. Não resolverá, num prazo mais longo, a questão do balanço de pagamentos. E, em conseqüência, as taxas de juros deverão continuar elevadas.

■ *As reformas interessam à agricultura?*

— O setor produtivo da economia brasileira, inclusive a agricultura, terá que pagar um preço para alcançarmos a estabilização e prepararmos a economia para crescer. Será preciso desacelerar o crescimento de demanda observado nos últimos meses. Ademais, é preciso fazer reformas. E eu acho que a reforma mais importante é a fiscal. Mas precisamos fazer mais: acelerar as privatizações, eliminar os monopólios estatais e consolidar a abertura comercial.

O caminho é difícil, mas os benefícios à chegada são grandes. É preciso executar rapidamente as reformas, e preparar o país para crescer de forma sustentada.

O produtor agrícola brasileiro verá que vale a pena.